

Sumário

Sobre Cristiano	11
Palavras Prévias – 13ª edição	25
Prefácio.....	63

PARTE I

TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Capítulo I ► Conceito da Responsabilidade Civil. Do Filosófico ao Tecnológico	67
1. Conceito da Responsabilidade Civil	68
2. A polissemia da responsabilidade civil: uma agenda para os próximos anos.....	70
Capítulo II ► Princípios da Responsabilidade Civil	75
1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	76
2. Princípio da solidariedade	81
3. Princípio da prevenção	84
4. Princípio da reparação integral	87
Capítulo III ► Evolução Histórica, Política e Filosófica da Responsabilidade Civil	91
1. Evolução histórica da responsabilidade civil	92
2. Fundamentos filosóficos da responsabilidade civil.....	98
3. Fundamentos políticos da responsabilidade civil.....	101
Capítulo IV ► As Funções da Responsabilidade Civil	105
1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	106
2. A função compensatória	111
3. A função punitiva	115
4. A função Restitutória – <i>Disgorgement</i> e lucro da intervenção	121
5. A função precaucional.....	128
6. A prevenção como cerne da responsabilidade civil contemporânea.....	135
Capítulo V ► Modalidades de Responsabilidade Civil	139
1. A clássica dicotomia: responsabilidade negocial e extranegocial (ou simplesmente “civil”)	140
1.1 O dano como elemento comum às duas responsabilidades	142
1.2 As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial.....	143
1.3 O concurso de responsabilidades	150

1.4	A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial.....	153
1.4.1	Responsabilidade civil pela violação positiva do contrato.....	156
1.4.2	A violação de deveres anexos	158
1.4.3	A responsabilidade pré-negocial – os deveres anexos desvinculados da obrigação.....	160
1.4.4	A responsabilidade pós-negocial – os deveres anexos transcendem a obrigação	166
1.4.5	A responsabilidade civil transsubjética e os deveres anexos	170
1.4.6	O terceiro ofendido e a relação obrigacional	172
1.4.7	O terceiro ofensor e a relação obrigacional	178
1.5	Conclusão.....	182
2.	Responsabilidade civil e penal	183
2.1	Fundamentos da separação de responsabilidades.....	183
2.2	A confluência entre os ilícitos penal e civil.....	187
2.2.1	A culpa no direito civil e no direito penal	188
2.2.2	O dano.....	192
2.2.3	A tipicidade	193
2.3	A interseção entre a jurisdição civil e a criminal	195
2.3.1	Relativa independência de jurisdições	195
2.3.2	Repercussão civil da decisão penal condenatória.....	196
2.3.3	Repercussão civil da decisão penal absolutória	201
2.3.4	Processos (civil e criminal) simultâneos: decisões conflitantes?.....	203
2.4	Excludentes de ilicitude	206

Capítulo VI ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Subjetiva .. 209

1.	Introdução.....	210
1.1	Acepções da responsabilidade civil.....	210
1.2	Pressupostos da responsabilidade civil.....	212
2.	O ilícito civil	213
2.1	A caracterização do ilícito como fato jurídico.....	213
2.2	A antijuridicidade como elemento objetivo do ilícito	214
2.3	A imputabilidade como elemento subjetivo do ilícito.....	215
2.4	Responsabilidade civil é sinônimo de ilícito civil?.....	219
2.5	O fato ilícito <i>stricto sensu</i> (cláusula geral de ilicitude culposa)	224
2.6	Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil?.....	227
2.7	Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito	228
2.8	Excludentes de ilicitude civil.....	235
2.8.1	Estado de necessidade (art. 188, II, c/c os arts. 929 e 930, CC)	238
2.8.1.1	Estado de necessidade sem que a pessoa lesada seja culpada pelo perigo.....	239
2.8.1.2	Estado de necessidade quando a pessoa lesada é culpada pelo perigo.....	240

2.8.2	Legítima defesa (art. 188, I, c/c o parágrafo único do art. 930)	241
2.8.2.1	Pressupostos da legítima defesa.....	243
2.8.2.2	Legítima defesa que causa danos em terceiro inocente.....	244
2.8.2.3	Legítima defesa de terceiro.....	245
2.8.2.4	Legítima defesa putativa.....	246
2.8.3	Exercício regular de um direito (art. 188, I).....	247
2.8.4	Estrito cumprimento do dever legal	250
2.8.5	Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea.....	251
3.	A culpa.....	252
3.1	A culpa e a responsabilidade civil	252
3.2	A evolução do significado de culpa civil	255
3.3	A culpa presumida	258
3.4	A gradação da culpa.....	262
3.4.1	A gradação da culpa médica no período de pandemia	269
3.5	O ilícito e a culpa.....	271
3.6	A mitigação da reparação por equidade.....	273
3.7	O renascimento da culpa	276
4.	O abuso do direito	282
4.1	O abuso do direito como ato ilícito.....	282
4.2	Exige-se o dano para a aferição do abuso do direito?	290
4.3	O abuso do direito como cláusula geral.....	296
4.4	O intuito de prejudicar é necessário?	298
4.5	As hipóteses legais de abuso de direito	299
4.5.1	Fim econômico ou social.....	300
4.5.2	Boa-fé	301
4.5.3	Bons costumes	302
5.	O dano.....	303
5.1	O dano como elemento nevrálgico da responsabilidade civil	303
5.2	O conceito de dano	306
5.3	O dano e a técnica da ponderação de interesses.....	310
5.4	A travessia do ato ilícito ao dano injusto	315
5.5	A medida dos danos.....	318
5.6	O dano patrimonial.....	323
5.6.1	O dano patrimonial e o pessoal	325
5.6.2	As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance.....	327
5.6.2.1	Os danos emergentes (dano positivo)	327
5.6.2.2	Os lucros cessantes (dano negativo).....	330
5.6.2.3	A perda de uma chance.....	335
5.6.2.3.1	Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem	336
5.6.2.3.2	Perda de uma chance de se evitar um prejuízo	340
5.6.2.3.3	Perda de uma chance como espécie de dano emergente....	343

5.6.3	Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial.....	345
5.6.3.1	Dano reflexo ou em ricochete	345
5.6.3.2	Danos certos ou incertos	348
5.6.3.3	Danos presentes e futuros.....	349
5.6.3.4	A indenização preventiva	351
5.6.4	Danos patrimoniais: verbas compensáveis e verbas não compensáveis.....	356
5.6.4.1	Verbas compensáveis.....	356
5.6.4.2	Verbas não compensáveis	359
5.6.5	<i>Compensatio lucri cum damno</i>	360
5.6.6	A legitimidade para exigir o dano patrimonial.....	365
5.6.6.1	A transmissibilidade aos herdeiros do direito de exigir reparação.....	365
5.6.6.2	Morte de homem ou mulher responsável pelo sustento do lar.....	366
5.6.6.3	Morte de filho menor: a família faz jus a danos patrimoniais?.....	368
5.6.7	Lesão que cause incapacidade para o trabalho.....	370
5.7	O dano extrapatrimonial	373
5.7.1	Introdução.....	373
5.7.2	O histórico do dano moral: dos embates à aceitação	375
5.7.3	Em busca de um conceito – o que é o dano moral?.....	377
5.7.3.1	É legítimo o critério do dano moral como a dor e o sofrimento?.....	378
5.7.3.2	O dano moral é a lesão à dignidade da pessoa humana?.....	380
5.7.3.3	Afinal, o que é o dano moral?	383
5.7.4	Do dano moral ao dano extrapatrimonial: Uma proposta tipológica	388
5.7.4.1	O dano estético extrapatrimonial.....	391
5.7.4.2	O dano à imagem extrapatrimonial	392
5.7.4.3	O dano existencial.....	393
5.7.4.4	O estado da arte do dano moral.....	394
5.7.5	Dano moral – compensação ou indenização?.....	396
5.7.6	A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória e o direito de resposta ...	399
5.7.7	A desmonetização da reparação pelo dano moral	402
5.7.8	O dano moral por inadimplemento obrigacional	408
5.7.9	A titularidade do direito à reparação	411
5.7.9.1	Noções gerais	411
5.7.9.2	A pessoa natural como legitimado ativo	412
5.7.9.3	Os lesados diretos.....	413
5.7.9.3.1	Os lesados diretos desprovidos de discernimento	413
5.7.9.3.2	O nascituro como lesado direto	415
5.7.9.4	Os lesados indiretos.....	419
5.7.9.5	O dano moral reflexo e o evento morte – quem são os legitimados?...	421
5.7.9.5.1	O dano moral reflexo quando há sobrevivência.....	428
5.7.9.6	A pessoa jurídica como legitimado ativo.....	429
5.7.9.6.1	A empresa e o dano moral	430
5.7.9.6.2	O dano institucional como terceira via	434
5.7.9.7	Os entes jurídicos despersonalizados.....	436

5.7.10	O dano moral coletivo	438
5.7.10.1	Introdução	438
5.7.10.2	Nossa opinião: o dano moral coletivo é uma pena civil.....	446
5.8	A valoração e a quantificação do dano moral	452
5.9	A pena civil e o dano moral – um diálogo em construção	465
5.9.1	Linhas gerais	465
5.9.2	A sanção e a reparação	469
5.9.3	A urgência da pena civil.....	472
5.9.4	As extremas da pena civil.....	475
5.9.5	Critérios de aplicação da pena civil	480
5.9.6	Óbices à incidência da pena civil.....	483
5.10	O dano estético	491
5.10.1	Noções gerais	491
5.10.2	Fundamento constitucional	494
5.11	O dano-morte (dano ontológico)	497
6.	O nexo causal.....	501
6.1	Nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil	501
6.2	A concausalidade.....	504
6.3	Teorias do nexo causal.....	506
6.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	507
6.3.2	Teoria da causalidade adequada.....	510
6.3.3	Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessariedade	512
6.4	As excludentes da responsabilidade civil.....	517
6.4.1	Força maior – o fortuito, interno e externo.....	518
6.4.2	O fato exclusivo da vítima.....	526
6.4.3	O fato concorrente e a redução de danos	528
6.4.4	O fato de terceiro.....	531
6.5	Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva)	536
6.6	Causalidade virtual	541
7.	O nexo de imputação	545

Capítulo VII ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Objetiva... 551

1.	O contexto histórico.....	552
1.1	As bases da teoria subjetiva.....	552
1.2	O alvorecer da teoria objetiva.....	554
1.3	As primeiras linhas da teoria objetiva.....	556
1.4	A estrutura da teoria do risco.....	558
1.5	A doutrina objetiva pode também ser conhecida como teoria da culpa presumida?	561
1.6	A responsabilidade objetiva é sinônimo de responsabilidade sem culpa?	562
1.7	Culpabilidade e causalidade.....	564
1.7.1	Responsabilidade objetiva ou obrigação objetiva de indenizar?	565
1.8	A evolução da teoria objetiva no Brasil.....	567
1.8.1	Fase anterior ao Código Civil de 2002	567
1.8.2	A teoria objetiva no Código Civil de 2002: uma radiografia do parágrafo único do artigo 927	570

1.9 A coexistência entre as teorias subjetiva e objetiva	578
1.10 Código Civil de 2002: risco proveito ou risco criado?	579
1.11 Código Civil de 2002: o risco criado pela particular potencialidade lesiva da atividade ..	585
1.12 A presunção de causalidade na teoria do risco.....	591
1.13 O risco criado no Código de Defesa do Consumidor	596
1.14 O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar	599
1.15 A repartição de riscos: o risco concorrente	603
1.16 O risco integral e o risco agravado.....	607
1.17 O risco de empresa ou do empreendimento	613
1.18 O risco e os profissionais liberais	616
1.19 Do risco ao alto risco da atividade	622
1.20 A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar	624
1.21 A responsabilidade objetiva pura e a impura	627
1.22 A securitização da responsabilidade civil.....	629
1.22.1 Responsabilidade: do individual ao social	629
1.22.2 A dinâmica dos seguros de responsabilidade civil	632
1.22.2.1 O contrato de seguro.....	632
1.22.2.2 O seguro privado obrigatório	639
1.22.2.2.1 O DPVAT	640
1.22.2.2.2 O acidente de trabalho.....	642

PARTE II

RESPONSABILIDADE CIVIL EM ESPÉCIE

Capítulo I ► Responsabilidade Civil por Fato Próprio e por Fato de Outrem	651
1. Responsabilidade civil por fato próprio.....	652
2. Responsabilidade civil por fato de outrem	656
2.1 Introdução: um tema teoricamente rico e difícil.....	656
2.2 Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores.....	660
2.2.1 Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores?	662
2.2.2 Solidariedade ou subsidiariedade: a responsabilidade dos pais pelos filhos menores	667
2.2.3 Os pais respondem civilmente pelo dano praticado por menor emancipado? ...	669
2.3 Danos causados por filhos maiores	671
2.4 Direito de regresso	673
2.5 A responsabilidade civil dos incapazes.....	675
3. Responsabilidade dos tutores e curadores	679
3.1 A responsabilidade civil do curador no Projeto de Reforma do Senado: breve contextualização	683
4. Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados	685
4.1 O dano foi causado em razão da função desempenhada?	690

4.2	Outras questões relevantes	691
4.3	A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?	693
5.	Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais	694
5.1	Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviço.....	694
5.2	Responsabilidade civil <i>pelo bullying</i>	695
5.3	A polêmica questão do direito de regresso	697
5.4	A questão do <i>homeschooling</i>	698
6.	Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos	699
6.1	Contextualização normativa e situações possíveis	700
6.1.1	Danos causados a hóspedes.....	701
6.1.2	Danos causados a empregados do hotel.....	701
6.1.3	Danos causados a terceiros.....	702
7.	Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime	703

Capítulo II ► Responsabilidade Civil pelo Fato da Coisa 705

1.	Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas.....	706
1.1	A responsabilidade pelo fato da coisa no Projeto de Reforma do Código Civil do Senado.....	709
2.	Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936)	712
2.1	Danos causados por animais nas rodovias.....	714
2.2	A visão dos animais como seres dotados de sensibilidade (seres sencientes).....	715
3.	Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937).....	719
4.	Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938).....	720
4.1	A queda anônima	721
4.2	Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938	722
5.	Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos	723
5.1	A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos (danos causados pelo comodatário)	723
5.2	Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa.....	725
5.3	Outras situações possíveis	727
5.3.1	Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial.....	727
5.3.2	Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado	729
5.3.3	O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro)	730

Capítulo III ► Responsabilidade Civil do Estado..... 733

1.	A teoria do risco administrativo.....	734
1.1	O forte componente jurisprudencial.....	736
1.2	Irrelevância da licitude do ato estatal	738
1.3	Atos de império e atos de gestão: distinção superada	740
2.	Quem são os agentes públicos?	742
2.1	Alargamento conceitual e questões conexas.....	743
3.	Danos causados por pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos	750

3.1	As chaves hermenêuticas relevantes	750
3.2	Distinguindo atividade econômica de serviço público	752
3.3	Serviços públicos sociais	753
4.	Excludentes da responsabilidade civil estatal	754
5.	Excludentes da ilicitude da ação ou omissão estatal	763
6.	Responsabilidade estatal por ato de outrem: subsidiariedade ou solidariedade?	766
7.	Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos	769
7.1	As distorções funcionais do Legislativo e as manifestações populares	770
7.2	Atos normativos estatais como origem de danos indenizáveis	772
7.3	Responsabilidade civil e dever de legislar: casos de omissão legislativa	774
7.4	Imunidade parlamentar	776
7.4.1	Responsabilidade do Estado pelos atos praticados à luz da imunidade material	777
8.	Responsabilidade civil por atos judiciais	778
8.1	Prisões indevidas: dificuldades e critérios hermenêuticos	780
8.2	Pode haver responsabilidade civil do magistrado pelos danos?	782
8.3	A coisa julgada é óbice à indenização por erro judicial?	784
9.	Responsabilidade civil do Estado por omissão	784
9.1	Polêmica doutrinária e jurisprudencial: responsabilidade subjetiva ou objetiva?	785
9.2	O nexo causal na responsabilidade civil por omissão	790
9.2.1	O nexo causal por omissão na jurisprudência do STF: um exemplo de idas e vindas	792
9.2.2	O Estado tinha o dever de evitar o dano?	794
9.2.3	A responsabilidade civil estatal por danos ligados à violência urbana	796
10.	Responsabilidade civil e (algumas) questões vinculadas à pandemia	797
10.1	Covid-19 e a responsabilização de agentes públicos	798
10.2	Covid-19 e pedidos de acesso à informação	799
10.3	Covid-19 e prazos de prescrição e decadência	800
10.4	Covid-19 e a questão das vacinas (teoria do risco do desenvolvimento)	800
10.5	A perda de vida de profissionais de saúde no combate à pandemia (Lei n. 14.128/2021)	803

Capítulo IV ► Responsabilidade Civil e Direito à Imagem 805

1.	Uma época de fotógrafos e cinegrafistas em todos os lugares: o culto à imagem como valor onipresente	806
2.	Contornos conceituais do direito à imagem: compreendendo sua inserção no mundo contemporâneo e traçando diretrizes hermenêuticas	808
3.	Contextualizando o uso da imagem alheia: outros critérios possíveis de interpretação	818
4.	Contextualização: as estreitas conexões temáticas entre imagem e imprensa	824
4.1	Jornalismo investigativo e crimes contra o patrimônio público	826
4.2	Qual a natureza da responsabilidade civil dos veículos de imprensa?	828
4.2.1	Responsabilidade subjetiva	829
4.2.2	Responsabilidade objetiva fundada na teoria do risco	830

4.3	Quem responde por escritos ofensivos publicados através da mídia?	831
4.4	Crêrrios de ponderação: a busca de soluções constitucionalmente consistentes.....	832
4.4.1	Veracidade da informação jornalística.....	833
4.4.2	Licitude do meio empregado na obtenção da informação	835
4.4.3	Personalidade pública ou estritamente privada da pessoa objeto da notícia.....	837
4.4.4	Local e natureza do fato	841
4.4.5	Existência de interesse público na divulgação	843
4.4.6	Preferência por medidas que não envolvam a proibição prévia da divulgação...	845
5.	Dano moral e televisão: agressões à imagem na guerra por audiência	847
5.1	Programas de humor	849
6.	Biografias não autorizadas.....	851
7.	<i>Hate speech</i>	854
8.	Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades	856

Capítulo V ► Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo 863

1.	O impacto do CDC no direito privado brasileiro.....	864
2.	Diálogo com a Constituição: fundamentos do CDC	867
3.	A redução qualitativa da autonomia da vontade na órbita patrimonial.....	875
4.	Responsabilidade civil nas relações de consumo: feições específicas.....	883
4.1	Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço	884
4.1.1	Vício do produto	885
4.1.2	Vício do serviço.....	888
4.1.3	Fato do produto	888
4.1.4	Fato do serviço.....	890
4.2	Perigo intrínseco	892
4.3	Prazo decadencial do vício e prazo prescricional do fato.....	892
4.4	Outras questões relevantes	894
5.	Prescrição e decadência: a disciplina no CDC	900
5.1	Decadência: vício do produto ou serviço.....	901
5.2	Prescrição: fato do produto ou serviço	904
5.2.1	A teoria da actio nata no STJ	907
5.2.2	O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais.....	910
5.3	Conflitos entre o CDC e o CC: interpretação mais favorável ao consumidor	911
5.4	Direito ao tempo “útil” e as relações de consumo	912
6.	Excludentes de responsabilidade civil: quais são aceitas nas relações de consumo?	913
7.	A Lei do Superendividamento.....	921

Capítulo VI ► Responsabilidade Civil Digital 925

1.	Os breves (e espantosos) passos da internet	926
2.	Rumo a uma sociedade sem papel? A progressiva desmaterialização dos bens na sociedade da informação	929

2.1 Os múltiplos e simultâneos focos de emissão da informação: mudanças no perfil social do ser humano.....	931
3. O mundo digital como um mundo fundamentalmente colaborativo	932
3.1 Características colaborativas do universo digital: da Wikipedia ao crowdfunding.....	933
4. Uma multiplicidade crescente de negócios jurídicos praticados via internet.....	934
4.1 Pensando o CDC para o comércio eletrônico.....	936
4.2 O olhar jurisprudencial brasileiro para a internet.....	937
4.3 O novo comércio eletrônico na atualização do CDC	939
5. O mundo virtual e seus danos (bastante reais)	941
5.1 O <i>cyberbullying</i>	944
6. Responsabilidade civil dos provedores: especificidades.....	945
6.1 Dever de retirada imediata do conteúdo ofensivo e questões conexas	945
6.2 Dever de guarda dos dados identificadores dos usuários e questões probatórias conexas.....	949
6.3 Responsabilidade dos provedores de pesquisa virtual pelos resultados das buscas.....	953
7. Marco Civil da Internet.....	953
8. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018).....	956
9. Algumas questões sobre a Inteligência Artificial e os algoritmos.....	976

Capítulo VII ► Responsabilidade Civil na Área Médica..... 983

1. A saúde no Estado dos direitos fundamentais	984
2. A medicina do século XXI: avanços e perspectivas.....	987
3. Os danos causados no exercício da medicina: contextualização e peculiaridades.....	989
4. A responsabilidade subjetiva dos médicos: especificidades e modos de caracterização.....	994
5. A complexa questão probatória na responsabilidade civil médica.....	1000
5.1 Perda da chance e atividade médica	1002
6. A relação médico e paciente como uma relação de consumo: consequências hermenêuticas da aplicação do CDC	1004
6.1 Planos de saúde: experiência brasileira contemporânea	1007
7. Responsabilidade dos hospitais por atos dos médicos: regime especial	1019
8. Danos sofridos em hospitais públicos ou postos de saúde.....	1022
8.1 Serviços públicos sociais × serviços de relevância social.....	1024
9. Obrigações de meio e de resultado: um tema recorrente na responsabilidade civil dos médicos.....	1025
9.1 Obrigações de meio	1025
9.2 Obrigações de resultado	1026
9.2.1 Outras exceções construídas doutrinária e jurisprudencialmente	1027
9.2.2 Procedimentos de natureza mista.....	1029
9.3 A caminho da superação da dicotomia: novos critérios hermenêuticos?	1030
10. Importância do princípio da função social dos contratos na interpretação da matéria	1033
11. Uma consideração diferenciada em relação aos bens jurídicos não patrimoniais.....	1035

Capítulo VIII ► Responsabilidade Civil dos Advogados 1039

1. Contornos conceituais da advocacia e imunidade profissional: alcance e conteúdo	1040
2. Danos relacionados ao exercício da capacidade postulatória	1044
2.1 Dever de sigilo: o que compreende e até onde vai	1046
3. Compreendendo a natureza e os limites da responsabilidade civil dos advogados: é necessária a prova da culpa pela vítima?	1047
4. Perda da chance: uma categoria conceitual progressivamente adotada em relação aos advogados	1050
5. Seguro de responsabilidade civil	1052
6. Obrigações de meio e resultado: especificidades em relação aos advogados e indagação acerca da adequação teórica do dualismo	1053
7. A questão do Código de Defesa do Consumidor: posição do STJ	1055

Capítulo IX ► Responsabilidade Civil das Empresas de Estacionamento e demais Encarregados da Guarda ou Vigilância de Veículos .. 1061

1. Um amor (brasileiro?) por carros	1062
2. Uma realidade contemporânea: a necessidade da guarda de veículos em locais presumivelmente seguros	1062
3. Empresas de estacionamento: compreendendo as excludentes	1064
4. Irrelevância da gratuidade ou da realização de negócios jurídicos conexos	1068
5. Outras situações possíveis: manobristas de restaurantes, hotéis, oficinas mecânicas, postos de combustíveis etc.	1070
6. Estacionamentos de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito público	1072
6.1 A questão da chamada “faixa azul”	1074
7. Estacionamentos gratuitos ofertados por entes, personalizados ou não, sem fins lucrativos	1075

Capítulo X ► Responsabilidade Civil dos Estabelecimentos Bancários e Securitários 1077

1. Contextualização e linhas gerais: migração do mundo físico-convencional para o universo digital	1078
2. Bancos como fornecedores de serviços à luz do CDC	1078
3. Os poderes privados na sociedade contemporânea: construindo um paradigma contratual que se distancia dos moldes clássicos	1081
4. Danos possíveis e comuns nas relações entre bancos e clientes	1084
4.1 Cartões de crédito e débito	1085
4.2 Roubos ou furtos em cofres alugados	1087
4.3 Fraudes ocorridas na internet	1088
4.4 Outras situações de danos indenizáveis	1090
5. Uma análise rigorosa e restrita acerca das excludentes de responsabilidade civil: os riscos da atividade	1093
5.1 Assaltos relacionados à atividade bancária: em que casos o banco responde civilmente?	1095
5.2 Não cabe responsabilizar o Estado pelos danos?	1096

6. Contratos bancários e impossibilidade de conhecimento de ofício pelo magistrado: exceção ao sistema de nulidades do CDC	1097
7. Diálogo das fontes em favor do consumidor: prazos prescricionais.....	1098
8. Inscrição indevida em cadastros negativos	1099
9. Responsabilidade civil das seguradoras: questões relevantes.....	1101

Capítulo XI ► Responsabilidade Civil do Transportador 1109

1. Contextualização	1110
2. Transporte de pessoas.....	1111
2.1 Danos conexos e danos não conexos ao transporte: distinções relevantes.....	1111
2.2 Transporte gratuito ou de mera cortesia: hipótese em que a culpa leve não basta?.....	1113
3. Transporte aéreo.....	1118
4. Transporte de cargas.....	1124

Capítulo XII ► Responsabilidade Civil dos Construtores..... 1127

1. Construção civil: crescimento e contextualização social	1128
2. Um sistema híbrido de regras: o diálogo das fontes (CDC, Código Civil e Lei no 4.591/64)..	1128
3. Incorporação imobiliária (Lei nº 4.591/64).....	1131
4. Empreitada (Código Civil, arts. 610 a 626).....	1133
5. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra.....	1135
6. A chamada lei anticorrupção: o sentido e alcance da responsabilidade civil objetiva na Lei nº 12.846	1138

Capítulo XIII ► Responsabilidade Civil Automobilística..... 1141

1. Os tristes números brasileiros no trânsito: cerca de 50 mil mortes por ano.....	1142
2. Dialogando entre formas e fontes de responsabilidades distintas: objetiva e subjetiva, pública e privada	1147
3. Responsabilidade estatal objetiva por ações ou omissões na matéria	1149
4. Há casos de responsabilidade civil objetiva na responsabilidade civil automobilística?	1150
4.1 A teoria do risco pode, em alguma hipótese, ser aplicável à responsabilidade civil automobilística?	1152
5. Questões específicas da responsabilidade civil automobilística.....	1153
5.1 O proprietário do veículo responde solidariamente com o condutor?	1154
5.2 Danos causados na condução de carros roubados ou furtados.....	1156
5.3 Quem pode ser considerado o proprietário do veículo? A questão do registro nos órgãos de trânsito.....	1158
5.4 Locadoras de veículos: a responsabilidade civil pelo uso do carro locado	1159
5.5 A teoria do corpo neutro: quando o veículo é mero agente físico do prejuízo	1160
6. A questão da culpa e do nexo causal: analisando situações específicas.....	1161
7. Danos materiais e pensões periódicas: natureza e duração.....	1168
8. Danos a coisas e danos a pessoas: um norte hermenêutico.....	1170

Bibliografia 1173